

Características do Planejamento Turístico na Comunidade de Paricatuba-Am

Glaubécia Teixeira da Silva ¹

Resumo

A proposta deste artigo é discutir a importância da participação social no planejamento turístico de modo a promover o desenvolvimento sustentável para a comunidade de Paricatuba que, apesar das suas potencialidades turísticas, convive com problemas relacionados às deficiências dos serviços públicos, à degradação ambiental e aos conflitos de interesses resultantes da ineficácia do planejamento e gestão do turismo. Os procedimentos metodológicos adotados consistem na abordagem fenomenológica, com base na pesquisa documental e de campo, considerando os grupos focais formados por 20 indivíduos adultos e jovens residentes na comunidade de Paricatuba. Os dados foram obtidos por meio da observação participante e aplicação de entrevistas semi-estruturadas. Assim, foi possível identificar a existência de condições físicas e sociais para a implementação de ações que possibilitem o turismo sustentável desde que haja uma maior participação dos diversos atores da comunidade e as relações sociais tornem-se mais democráticas, permitindo um planejamento turístico que atenda às necessidades locais e seja condizente com a realidade ali observada, e não um modelo pré-estabelecido, alheio aos desejos dos moradores.

Palavras-chave: turismo.planejamento.participação.comunidade.

¹ Bacharel em Turismo e professora do Curso de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas. glaubecia@hotmail.com

Introdução

O turismo é a atividade econômica considerada como um importante instrumento de desenvolvimento de localidades com potencial turístico. Atualmente, o turismo tem sido considerado como uma alternativa sustentável necessária ao desenvolvimento das localidades do Estado do Amazonas por todos os benefícios que pode proporcionar no campo econômico, social, cultural e ambiental. Apesar da sua importância da atividade turística, são poucos os estudos feitos sobre os resultados que o turismo produz nas localidades próximas à cidade de Manaus, a maior parte dos estudos trata dos grandes municípios do estado do Amazonas, economicamente mais interessantes, e ignoram a multiplicidade dos efeitos do turismo nas comunidades menores.

Por esse motivo, muitos municípios amazonenses tornaram-se objeto de programas e projetos governamentais como intuito de desenvolver suas potencialidades turísticas e estimular a economia local. Entretanto, a exploração do turismo não está relacionada apenas ao fator econômico, pois a vida dos moradores das localidades turísticas também é transformada com a implantação destes projetos. Este artigo visa ressaltar as características do turismo e suas implicações sociais para a comunidade de Paricatuba. Portanto, é imprescindível identificar como os problemas gerados pela descontinuidade dos projetos e a ausência da participação comunitária na gestão do turismo.

As observações apresentadas no corpo deste artigo são fundamentadas na pesquisa de campo e bibliográfica, realizadas no ano de 2007, e as conclusões feitas com base na percepção dos moradores sobre o turismo e das bibliografias que tratam do turismo e sua complexidade como fenômeno, bem como do conceito de desenvolvimento e a visão minimalista que se tem das suas implicações.

Conceituação do turismo como fenômeno social

O conceito de turismo é bastante amplo e muito discutido no campo científico devido à complexidade de sua essência, o que torna difícil o consenso entre os teóricos.

Os primeiros conceitos de turismo tinham um caráter técnico, com enfoque nos aspectos econômicos e geográficos da atividade que os tornavam reducionistas, não contemplavam as inter-relações decorrentes desta atividade. Grande parte destes conceitos refere-se aos deslocamentos das pessoas – entre países emissores e receptores – e as operações comerciais resultantes destes deslocamentos. Somente a partir de 1935 os conceitos existentes foram reformulados e o caráter social da atividade passou a integrar as correntes teóricas alemãs. Dentre os vários conceitos criados, Torre (1992) destaca aspectos importantes do turismo quando afirma que:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa, nem remunerada, gerando múltiplas relações de importância social, econômica e cultural. (TORRE, 1992, p. 19)

O turismo tem uma característica multidisciplinar, portanto, não se pode dissociá-lo dos aspectos culturais, econômicos, sociais, éticos e ambientais que o permeiam. Embora muito utilizado, o conceito de Torre não contempla o aspecto ambiental que é de grande importância, visto que o aumento constante da demanda por destinos de grande beleza cênica acaba por saturar os atrativos naturais e provoca desequilíbrios no ambiente e na sociedade, muitas vezes irreversíveis. Além disso, a ética deve ser tomada como norte para toda e qualquer conduta dos agentes envolvidos no planejamento e gestão do turismo. Beni (2003) ressalta a importância de se incorporar ao estudo do turismo teorias e conceitos de campos afins como a antropologia, a sociologia, a economia, a geografia, a ciência política, a ecologia e os estudos urbanísticos entre outros, no sentido de se ter uma abordagem mais ampla do fenômeno turístico e proporcionar uma melhor compreensão de toda a complexidade do turismo.

As viagens realizadas estimulam a aquisição de bens e serviços ligados direta ou indiretamente ao turismo, quando isso acontece vários outros setores da economia são acionados. As populações dos locais receptores são influenciadas pelo contato com o turista, as relações resultantes deste contato propiciam um intercâmbio cultural que pode refletir-se em mudanças comportamentais boas ou ruins. O ambiente também

tende a ser modificado para atender às necessidades tanto do viajante quanto às de quem o recebe.

As relações sociais e as transformações no ambiente resultantes das viagens, bem como a infraestrutura básica e turística, são influenciadas e geradas com o intuito de satisfazer necessidades de mercado, na sua maioria. As populações receptoras de turistas tendem a se modificarem para atenderem às exigências mercadológicas, e muitas vezes, se transfiguram de tal modo, que perdem sua identidade. O uso irracional dos recursos tende a gerar impactos negativos para as localidades turísticas, enquanto o planejamento da atividade contribui para evitá-los ou minimizá-los.

A visão sistêmica do turismo e o planejamento sustentável

O turismo é, indubitavelmente, uma atividade sócio-econômica, pois gera a produção de bens e serviços para o ser humano visando à satisfação de diversas necessidades básicas e secundárias. Entretanto, quando se analisa o fenômeno turístico não se pode fazê-lo fora de um contexto que envolva a cultura, as artes e o lazer. Por isso, Beni (2003) considera o turismo como um sistema aberto, composto por vários subsistemas com objetivos afins. Do ponto de vista sistêmico, o turismo constitui-se de um conjunto de relações ambientais formado por quatro subsistemas principais: cultural, social, ecológico e econômico.

As potencialidades de exploração do turismo não se esgotam apenas nos atrativos naturais e culturais de uma região, e não se resumem aos fatores mercadológicos. Os planejadores do turismo devem considerar os ambientes resultantes das inter-relações sociais e culturais e estimular a participação social no processo de gestão do turismo.

Muitas comunidades enfrentam perturbações culturais e outras mudanças indesejadas, como resultado do aumento do fluxo turístico, e às vezes ignoram os riscos decorrentes do desgaste ou modificação do seu ambiente sócio-cultural e natural em busca da maior satisfação dos turistas. Em contrapartida, há bons exemplos de valorização cultural e do patrimônio natural, e ainda, de oportunidades de crescimento geradas nos locais receptores de turistas trazendo à tona a discussão sobre os benefícios

e os prejuízos que a atividade pode causar nas localidades turísticas. Os pressupostos do turismo sustentável de promover o bem-estar das populações envolvidas perpassam por um compromisso ético, incluindo democracia, cidadania e respeito às características locais e aos seus indivíduos.

Para se entender o turismo em Paricatuba é necessário compreender o sentido de comunidade e território. Pinto *apud* Carvalho (2002, p. 82) conceitua comunidade como “uma população que habita determinada porção de território, cujo nome se identifica, e que por viver e conviver nele, desenvolve alguma coisa em comum”, ou seja, possui uma dinâmica própria em função da vivência de relações em determinado território.

Tonnies *apud* Campos (1996) afirma que as comunidades se constituem a partir da participação profunda dos membros de um grupo, de forma igualitária e democrática. As relações são dinâmicas, mutáveis e, portanto, estão em constante processo de construção ou transformação, pois, é da natureza humana a busca por esta convivência, no entanto, os conflitos nas relações sociais são inevitáveis.

Os grupos existentes em Paricatuba são organizados a partir das instituições religiosas, políticas e de classe, os membros de cada grupo juntam-se por ideologias próprias ou das instituições às quais estão ligadas visando atender às necessidades do grupo, e em certos momentos colocam os desejos do grupo como ideais da coletividade, daí surgem os conflitos.

As relações comunitárias implicam um reconhecimento da singularidade dos indivíduos do grupo, a existência do respeito mútuo e a liberdade de expressar seus desejos e suas idéias que não se esgotam no ser individualmente. Carvalho (2002) e Campos (1996) em suas discussões sobre o significado de comunidade remetem à necessidade de interação das pessoas. Essa interação é dada em certo território que se põe como lócus simbólico, lugar onde a alteridade e a convivialidade se manifestam, é algo amplo. O conceito de território está relacionado à apropriação econômica de determinados recursos, que por sua vez, tornam-se instrumentos de poder.

O desenvolvimento da atividade turística requer um conhecimento profundo sobre a dinâmica social existente nos locais turísticos, sobre os seus recursos naturais e culturais, e a identificação dos benefícios ou prejuízos decorrentes do turismo. Somente

a partir de um diagnóstico sócio-econômico-ambiental, é possível estabelecer estratégias visando o bem estar social, através do aproveitamento dos recursos de forma racional e o atendimento às necessidades dos visitantes, mas, principalmente, o suprimento das necessidades dos habitantes locais, daí a importância do planejamento turístico com base na gestão participativa do turismo. Nesta forma de gestão é imperativa a assimilação da cultura da participação que resulta de um fazer humano pautado no diálogo das diferenças, visando o bem coletivo, envolvendo o sentido de cooperação, reciprocidade, diversidade, parceria, desenvolvimento responsável, co-responsabilidade, participação, que dão sustentabilidade às ações.

O planejamento do turismo, embora recente junto às instituições públicas no Brasil, tem sido pesquisado e discutido desde o início do século XX por vários autores, que como Ruschmann (1997), ressaltam a importância deste importante instrumento de gestão.

“O planejamento [...] envolve [...] estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos. Ele tem por objetivo o provisão de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda seus desejos e necessidades [...]. [O] plano [...] constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para evolução harmoniosa da atividade, determinando suas dimensões ideais, para que, a partir daí, possa-se estimular, regular ou restringir sua evolução.” (RUSCHMANN, 1997, ps. 83-84)

Para Dias, (2003) o planejamento do turismo deve ser visto como um meio para que os destinos alcancem a sustentabilidade econômica, sociocultural e ambiental dos locais. Também deve incorporar princípios éticos que privilegiem os processos democráticos e participativos, ressaltando a participação comunitária como forma de rompimento dos paradigmas dos modelos de gestão tradicionalmente centralizadores que se mostraram ineficazes ao longo do tempo (IRVING, 2002). Esta condição se dá pelo fato de o poder público não ter estrutura para assumir integralmente as responsabilidades pelo planejamento e gestão do turismo.

A atividade turística de base sustentável visa ser um instrumento de valorização cultural, de promoção da qualidade de vida para os habitantes dos locais turísticos, através da inserção dos moradores nos processos de planejamento e gestão da

atividade, na ausência destes, a atividade poderá tornar-se um vetor de conflitos sociais e degradação ambiental de grandes proporções.

Políticas públicas de turismo e mobilização social

As políticas de turismo são determinadas pelo poder público e devem ser condicionadas pelas características sociais, econômicas e culturais de cada sociedade. No turismo as políticas determinam o rumo que a atividade deve seguir, o ritmo com que deverá se desenvolver e os benefícios a serem gerados a fim de atenderem as necessidades da sociedade. Desta forma, “preocupa-se em entender e explicar a substância do conteúdo e das decisões políticas e a forma pela qual essas decisões são tomadas” (HALL, 2001, p. 26).

Beni (2006) define a política de turismo como o “conjunto de fatores condicionantes que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o desenvolvimento do turismo no país ou município, numa visão macro e de longo prazo”. O planejamento turístico local deve, portanto, pautar suas ações no turismo sustentável. De acordo com Beni (2001, p. 109), “o conceito de sustentabilidade envolve o meio ambiente, a população residente e os sistemas econômicos envolvidos e atingidos pelo processo desencadeado pelo turismo”. Assim, toda ação seja pública ou privada carece da análise destes fatores que condicionam a sustentabilidade turística.

Segundo a Organização Mundial de Turismo – OMT e o Comitê Brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, o turismo sustentável deve conduzir à gestão de todos os recursos de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas das localidades turísticas possam ser satisfeitas mantendo-se, ao mesmo tempo, a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida.

O Código Mundial de Ética do Turismo (MATIAS, 2002) corrobora a afirmação da OMT e PNUMA quando propõe que as populações e comunidades locais devem estar associadas às atividades turísticas e participar equitativamente nos benefícios econômicos, sociais e culturais que geram, e, sobretudo na criação de empregos diretos ou indiretos resultantes. Versa, ainda, sobre a atenção especial que as políticas de

turismo devem ter com regiões onde haja maior vulnerabilidade das atividades econômicas tradicionais. O código torna-se, então, um documento norteador das ações tanto dos gestores públicos quanto sociais visando a sustentabilidade do turismo.

O turismo é capaz de estimular o crescimento econômico de uma localidade, mas, sem o planejamento adequado pode gerar percalços como o uso irresponsável dos recursos naturais, ameaça aos ecossistemas naturais, além das vulnerabilidades sociais, da vulgarização das culturas locais e da destruição dos patrimônios culturais, portanto, o turismo sustentável é visto como a melhor alternativa para garantir a perenidade da atividade turística e todos os possíveis benefícios.

O desenvolvimento do turismo implica em desenvolvimento comunitário, do contrário a atividade se tornaria insustentável a longo prazo. O desenvolvimento passa, necessariamente, por uma percepção do mesmo enquanto um processo histórico e dinâmico, que acompanha e sofre modificações ao longo do tempo (CARVALHO, 2002, p. 112). Não se resume apenas a crescimento econômico, abrange outros aspectos como o crescimento dos indivíduos com dignidade, justiça, cidadania e respeito à identidade histórica de cada povo. Segundo o mesmo autor, o desenvolvimento da comunidade envolve um processo de desenvolvimento das pessoas que a constituem, das interações que promovem, da cultura que produzem, dos meios econômicos que dispõem, e do meio ambiente da qual fazem parte, o que representa um movimento que permite elevar a melhoria da qualidade de vida comunitária em todos os níveis.

As etapas do desenvolvimento comunitário envolvem a participação de dois atores principais: o governo por meio da prestação de serviços pelas instituições públicas e a população por meio de associações, sindicatos, clubes etc. De um lado, se faz importante a atuação do Estado no ordenamento do território e na organização das atividades turísticas. Dias (2003, p. 126-128) complementa afirmando que são competências do Estado: coordenação, planejamento, legislação e regulamentação, empreendedorismo – quando da insuficiência da iniciativa privada – incentivo, atuação social e promoção do turismo.

Por outro lado, a participação popular é imprescindível dentro do processo de desenvolvimento, através dela é possível buscar soluções para os problemas vivenciados. Para Carvalho (2002, p.143), a comunidade é justamente o território onde

a convivência permite o conhecimento mútuo e possibilita a ação conjunta, lugar onde seus membros podem se unir e buscar juntos realizar tudo o que está a seu alcance objetivando o desenvolvimento local. É mister ressaltar que esta é uma importante estratégia para solucionar ou minimizar a tradicional dependência das ações do poder público na resolução dos problemas da comunidade, através da participação comunitária os seus membros tornam-se protagonistas responsáveis pelo desenvolvimento almejado.

O turismo sustentável, portanto, pressupõe o desenvolvimento econômico associado ao desenvolvimento social, sem a participação das comunidades nos processos decisórios e nos benefícios que o turismo gera torna-se uma atividade excludente e, possivelmente, condenaria a localidade turística ao declínio econômico e às vulnerabilidades sociais.

Procedimentos metodológicos

A natureza da pesquisa configura-se como exploratória, pois, buscou identificar aspectos do turismo na comunidade a partir da percepção de seus moradores. É também descritiva, pela necessidade de compreensão dos anseios e temores dos moradores em relação ao turismo, considerando-se que tais resultados podem auxiliar os órgãos responsáveis e técnicos no planejamento turístico local.

A pesquisa bibliográfica consistiu na ampla revisão da literatura e documentos junto aos órgãos públicos de turismo estadual e municipal. Os dados aqui analisados foram obtidos a partir da observação participante e posterior aplicação de entrevista semi-estruturada individual e a técnica de grupo focal com moradores de Paricatuba. Durante a pesquisa de campo foram realizadas visitas de familiarização junto aos grupos de interesse, lideranças locais e jovens, o que permitiu identificar as impressões dos indivíduos sobre o tema da pesquisa.

Os grupos focais foram complementados com as entrevistas que aconteceram nos meses de julho, agosto e setembro de 2007. Os indivíduos foram escolhidos a partir do interesse de jovens e adultos e ocorreu de forma voluntária. Foram realizados dois encontros, o primeiro com os moradores mais antigos, formado por 12 pessoas (sendo 7 homens e 5 mulheres), e o segundo grupo formado por 7 jovens (3 mulheres e 4

homens). As reuniões seguiram um roteiro previamente elaborado, sendo que algumas questões foram inseridas de acordo com as circunstâncias. As informações obtidas na pesquisa foram tratadas por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 1977)

Análise das características do turismo na comunidade de Paricatuba

A comunidade lócus deste estudo é denominada de Paricatuba, também conhecida como Vila de Paricatuba e está localizada há 50 km de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Suas coordenadas cartesianas são 3° 9' de latitude Sul e a 59° 15'3" de longitude a Oeste de Greenwich. O acesso por via terrestre à vila é através do ramal de Paricatuba com 10 km de extensão (sem pavimentação), com entrada no km 21, margem direita da estrada Manoel Urbano – AM 070 – que liga o distrito de Cacau Pirêra ao município de Manacapuru. A população local é de 680 habitantes.

Paricatuba faz parte da Área de Proteção Ambiental Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari-Solimões, instituída pelo governo do Estado pelo decreto 16.498 de 1995. Com a finalidade de conservar as belezas naturais de Paricatuba, foi criada em 2001 a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente e através da declaração da Lei Orgânica do Município, a localidade foi considerada como área de Preservação Histórica e Ambiental. A Prefeitura de Iranduba criou através da Lei Municipal nº041/2000 a Área de Proteção Ambiental Encontro das Águas, com 107.000 hectares, que corresponde a 19% da área da APA estadual mencionada anteriormente, onde Paricatuba se insere (AMAZONAS, 2002). A finalidade desta APA é conservar e preservar a diversidade biológica, frequentemente ameaçada pelas exploração comercial, implementar ações que visem o desenvolvimento sustentado e a manutenção da qualidade do meio ambiente (SOARES *et. al.*, 2007, p. 3164).

A comunidade de Paricatuba possui atrativos como praias, sítios arqueológicos, diversidade de fauna e flora, ruínas de um antigo hospital consideradas patrimônio estadual. Frequentemente a comunidade recebe visitantes, principalmente no período da vazante do Rio Negro, entre os meses de setembro a dezembro, nesta época parte dos moradores montam barracas na praia e vendem alimentos e bebidas. Muitas agências e

hotéis levam grupos de visitantes acompanhados de guias, e não utilizam os serviços dos condutores locais.

Existem vários projetos implantados ou em fase de implantação na comunidade de Paricatuba, alguns de origem governamental, outros da iniciativa privada, como os investimentos no comércio, a realização de cursos profissionalizantes, melhoria na distribuição de água e energia elétrica, construção do ramal de acesso, serviços médicos e programas de educação ambiental, além das pesquisas desenvolvidas pelas instituições de ensino superior, com o intuito de criar alternativas econômicas para o local. Contudo, os entrevistados destacam que muitas ações propostas não tem continuidade e a cada mudança na gestão pública as prioridades mudam.

Apesar dos projetos e programas desenvolvidos, a comunidade convive com problemas relacionados às deficiências dos serviços de saneamento básico, a precariedade do sistema educacional, a degradação ambiental decorrente do desmatamento da mata ciliar e o acúmulo de lixo, os problemas sociais relacionados às perturbações causadas pelo choque cultural entre moradores e visitantes, os conflitos de interesses entre os grupos internos (os próprios moradores) e externos (entre o poder público, a iniciativa privada e os grupos locais) e também os privilégios econômicos para uma pequena parte dos moradores são alguns exemplos de impactos negativos.

No decorrer das entrevistas com os moradores foram propostas questões que instigassem os participantes a refletir sobre o ambiente em que vivem, a dar opiniões e emitir juízo sobre as práticas de turismo na localidade, refletindo sobre o papel do poder público e dos moradores na elaboração de alternativas para o desenvolvimento local. Recordando que a proposta do desenvolvimento turístico implica no entendimento prévio dos moradores de Paricatuba sobre o que é o turismo e, que estes precisam se situar em relação ao mesmo, saber quais os benefícios que poderão ocorrer com o turismo no local e se é possível desenvolvê-lo sem grandes prejuízos para a localidade. Portanto, as novas propostas de desenvolvimento dependem da percepção que os moradores têm da atividade turística e de seu posicionamento como agentes de mudanças e, observando-se a reação dos entrevistados diante dos principais problemas enfrentados na localidade foi possível inferir atitudes predominantes nos discursos: as expectativas, a responsabilidade e a indiferença diante dos problemas locais.

Os moradores da comunidade de Paricatuba demonstram interesse em desenvolver o turismo porque acreditam que podem obter benefícios relativos à melhoria da infraestrutura e maiores oportunidades de geração de emprego e renda principalmente para os jovens, sendo esta uma das preocupações apresentadas pelos grupos. Além disso, o turismo pode resgatar nos moradores um sentimento de orgulho pela valorização dos atrativos naturais e da cultura local.

Apesar de o turismo ser visto como alternativa econômica para uma parte dos moradores de Paricatuba, ainda está longe de atender às necessidades de desenvolvimento de todos os moradores. A falta de um consenso entre os próprios moradores sobre quais são os maiores problemas que dificultam o desenvolvimento local, gera certo conflito de idéias e interesses, cada grupo da comunidade possui uma opinião diversa sobre qual seria o projeto ideal para o turismo local, as relações sociais são conflitantes e os interesses divergentes. Além disso, persiste a dependência das ações do poder público para a resolução dos problemas já mencionados e o assistencialismo é uma característica predominante, o que favorece apenas aos interesses particulares em detrimento dos interesses coletivos.

As expectativas sociais são oriundas dos projetos como o Roteiros e Trilhas criado pela Amazonastur – órgão oficial de turismo do estado do Amazonas – onde parte deste seria executado pela empresa e parte pelos moradores. A expectativa é que esse projeto ajude a conservar a natureza e traga emprego para os jovens. Entretanto, o projeto está parado, pois a parte cabida aos moradores, a construção da rampa de acesso junto à escadaria do porto, que na realidade é responsabilidade da prefeitura, não foi concretizada porque depende da vontade política. Outro projeto que pode beneficiar o local é a construção da ponte sobre o Rio Negro que está na fase conclusiva, para 58% dos pesquisados esta obra trará muitos benefícios como a valorização imobiliária, melhoria das condições de acesso e transporte e outros investimentos. Os demais moradores temem o aumento da violência, da degradação ambiental e das ocupações irregulares, sendo este último uma preocupação maior pelo fato de muitos moradores não possuírem o título de propriedade dos seus terrenos.

Além dos projetos citados a comunidade está ansiosa pela construção de um pólo naval próximo à praia, este projeto é desconhecido da maioria dos moradores,

apenas 3 dos pesquisados sabiam da sua existência, mesmo assim, a maioria dos entrevistados acredita que este projeto representa uma oportunidade de geração de emprego, entretanto, reconhecem que a atividade turística será prejudicada.

Qualquer que seja o projeto a ser desenvolvido é necessário ter mão-de-obra qualificada, até então as ações para criação de oportunidades de emprego esbarram na falta de iniciativa dos moradores e na vontade política. Os moradores acreditam que as coisas serão melhores quando a localidade tiver uma representatividade política que possa reivindicar os interesses locais, ou seja, a responsabilidade pelo desenvolvimento do turismo cabe ao poder público.

Considerações finais

O turismo pode gerar impactos tanto positivos quanto negativos no ambiente, na economia e na sociedade dos locais emissores e receptores de fluxos turísticos, principalmente nas pequenas comunidades receptoras de turistas e, como uma atividade que cresce rapidamente, necessita ser redirecionada para caminhos sustentáveis, onde todos os agentes: governos, iniciativa privada, comunidades, turistas, organismos não governamentais e universidades sejam envolvidos no processo de desenvolvimento com o intuito não somente de incrementar a atividade, mas de promover uma melhor qualidade de vida aos moradores das localidades receptoras.

Considerando o turismo praticado em Paricatuba é possível observar o distanciamento entre as propostas governamentais e as reais necessidades da população local o que compromete a sustentabilidade das ações e políticas públicas de turismo. Mesmo com a existência de importantes atrativos naturais e artificiais, e dos projetos lá desenvolvidos, a comunidade de Paricatuba viveu durante muito tempo o estigma do esquecimento e na dependência das ações assistencialistas do poder público, as quais se caracterizam pelo privilégio de poucos membros da comunidade. Desta forma, os moradores não conseguem perceber os resultados positivos que o turismo pode proporcionar visto que estes não são equitativos entre todos os membros da comunidade.

A comunidade de Paricatuba, tem nos seus recursos naturais e na sua história, um grande potencial para exploração do turismo. Entretanto, para alcançar o pleno desenvolvimento do turismo, há que se valorizar os indivíduos moradores de Paricatuba e suas habilidades, no intuito de se implementar um projeto turístico de acordo com a realidade lá existente. Reconstruindo o que foi degradado, na medida do possível, e envolvendo a comunidade no processo de decisão sobre os programas e projetos a serem desenvolvidos no local. Com o enfoque na participação e descentralização do planejamento e gestão do turismo a comunidade tornar-se-á mais consciente do seu papel e os conflitos podem ser amenizados. É importante lembrar que tais resultados só poderão ser alcançados com o respeito mútuo e com a participação conjunta com a prefeitura, as empresas privadas e outros atores, como as instituições de ensino e pesquisa e organismos não-governamentais, por exemplo.

A representatividade social é fator importante na ruptura da dependência e da alienação política porque a união das forças sociais é um instrumento importante no combate à ação das forças externas que divergem dos interesses coletivos de Paricatuba. Então, a alienação ou a indiferença em relação às coisas que acontecem ao seu redor não contribui em nada na solução dos problemas, ao contrário, fragmenta o conhecimento e distorce a realidade vivida pelos moradores. A inércia diante das causas coletivas enfraquece os grupos sociais e não altera a condição de dependência das ações do poder público percebida ao longo do processo histórico de Paricatuba, sendo assim, os moradores jovens e adultos podem passar a visualizar aquilo que os une, ou seja, a vontade de melhorar o espaço onde vivem.

O desenvolvimento do turismo deverá ser acompanhado do desenvolvimento comunitário, não se pode pensar em sustentabilidade do turismo enquanto as populações das localidades turísticas vivem à margem do desenvolvimento, sem os serviços públicos básicos e enquanto os lucros da atividade turística são repartidos entre poucos.

Referências

AMAZONAS, Instituto de Proteção Ambiental do. **Documento preliminar sobre a Área de Proteção Ambiental da Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari-Solimões**. Manaus: IPAAM, 2002

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa-Portugal: Edições 70, 1977.

BENI, Mário Carlos. A Serra Gaúcha e seu potencial para conversão em cluster turístico. In: BARRETTO, Margarita; REJOWSKI, Mirian. [Orgs.] **Turismo: interfaces, desafios e incertezas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

_____. **Análise estrutural do turismo**. 8ª edição São Paulo: SENAC, 2003.

CAMPOS, Regina H. de F (org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CARVALHO, Vilson Sérgio de. **Educação ambiental e desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2002.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

TORRE, Oscar de La. **El turismo, fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

HALL, C. Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

IRVING, Marta de Azevedo. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

MATIAS, Marlene. **Turismo: formação e profissionalização (30 anos de história)**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Manole, 2002.

RUSCHMANN, Doris Van De Meene. **Turismo e planejamento sustentável**. São Paulo. Papyrus Editora. 1997. 199p.

SOARES, Carlos B. S da S. *et. al.* **Geotecnologia aplicada ao estudo da dinâmica do uso e cobertura da terra na Área de Proteção Ambiental (APA) Encontro das Águas - Iranduba (AM)**. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3163-3170.